

Milho – queda da produção compromete suprimento catarinense e nacional

Simão Brugnago Neto

A produção nacional de milho, após ter crescido substancialmente e atingido o recorde de 41,5 milhões de toneladas na safra 2000/01, voltou a apresentar sensível decréscimo nesta última safra.

O mau desempenho da comercialização do cereal no primeiro semestre de 2001 (acarretado, justamente, pelo grande volume de produção) e os bons preços alcançados pela soja no último quadrimestre do ano passado provocaram grande desestímulo ao plantio da primeira safra nacional de milho, cuja área caiu 10,5% em relação aos 10,55 milhões de hectares semeados no ano anterior.

Como consequência da diminuição do plantio e das perdas provocadas pelas estiagens no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, a produção da primeira safra nacional está avaliada em apenas 29,8 milhões de toneladas, o que representa um recuo de 15% em comparação aos 35,2 milhões colhidos na primeira safra do ano passado.

O plantio da safrinha, estimulada pela recuperação dos preços a partir do segundo semestre do ano passado, apresentou um incremento de área da ordem de 18%, alcançando 2,87 milhões de hectares. Em razão disso, as perspectivas iniciais eram bastante animadoras e apontavam para uma produção próxima de 8,1 milhões de toneladas, o que representava um avanço de quase 28% em relação à safrinha do ano passado. Todavia, a falta de chuvas em partes do Paraná, do Mato Grosso do Sul, de Goiás e de São Paulo, por ter provocado perdas na produtividade, deverá reduzir a produção para algo entre 6,5 milhões e 7 milhões de toneladas.

No global, a produção brasileira da safra 2001/02 está preliminarmente estimada entre 36,3 milhões e 36,8 milhões de toneladas, ou seja, num volume inferior ao do consumo, previsto em 36,96 milhões de toneladas (Figura 1).

O incremento gradual do consumo e a relativa estabilidade da produção entre 1998 e 2001 levaram não só a uma queima gradativa dos estoques nacionais, como também à necessidade de importações, especialmente para o Nordeste.

No ano passado, todavia, devido à grande produção, os excedentes nacionais apresentavam uma tendência de expressivo crescimento, perspectiva que só não aconteceu em razão das cotações internacionais e da desvalorização do real, que permitiram que o produto nacional se tornasse competitivo no mercado internacional. Este fato, ao possibilitar a realização de um grande volume de exportações, enxugou a oferta e os estoques de passagem.

Para a presente temporada comercial, o declínio da produção nacional, o crescimento do consumo e a continuidade, embora em volume significativamente menor, das exportações, deverão, mesmo com o crescimento das importa-

ções, provocar novo declínio nos estoques de passagem (Figura 2).

Em Santa Catarina, a quebra da safra deverá redundar em sensível elevação do déficit estadual de milho. A produção estadual, que, como consequência do aumento da área e da melhoria da produtividade, havia aumentado de 2,69 milhões de toneladas na safra 1998/99 para 3,4 milhões na safra 1999/00 e para 3,95 milhões na safra 2000/01, deverá cair, ficando em torno de 3,2 milhões neste ano (Figura 3).

O decréscimo da produção desta última safra foi provocado tanto pela diminuição de 6,9% na área semeada (decorrência dos baixos preços do cereal no primeiro se-

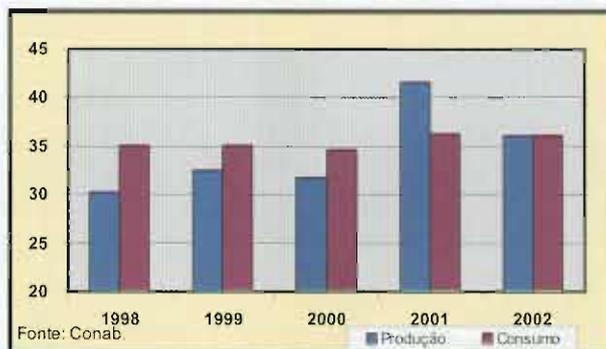


Figura 1 – Evolução da produção e do consumo de milho no Brasil

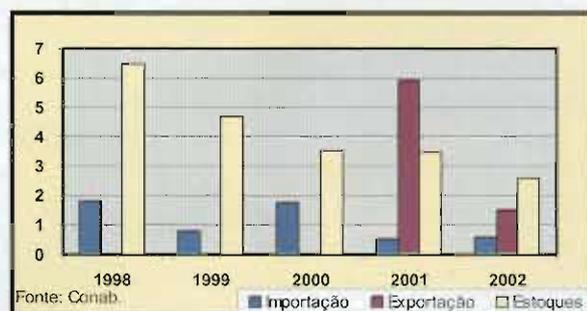


Figura 2 – Evolução das importações, exportações e estoques finais de milho no Brasil

mestre de 2001 e das boas perspectivas que se desenhavam para os preços da soja) quanto pelas estiagens que causaram significativos prejuízos à cultura, especialmente na mesorregião oeste.

No que tange ao recuo da área plantada, vale destacar, embora significativo, que seu percentual foi bastante inferior ao registrado no Paraná (19%) e no Rio grande do Sul (15%). Tal desempenho foi atribuído a algumas ações do Programa Estadual de Auto-Suficiência de Milho, as quais amorteceram a tendência de queda, que inicialmente se mostrava bem mais acentuada. Dentre as medidas, destacam-se o aumento da distribuição de calcário e de semente de milho e o acordo estabelecido com as agroindústrias, pelo qual elas se comprometeram a pagar, no mínimo, R\$ 10,00/sc ao produtor.

No contexto estadual, além do expressivo declínio da produção, há que ressaltar ainda a tendência de aumento do consumo decorrente da perspectiva de incremento da produção de aves e suínos. Como conseqüência, o déficit estadual de milho – que havia declinado de 1,4 milhão de toneladas em 1999 para 1,08 milhão em 2000 e para apenas 800 mil em 2001 – voltará a crescer e deverá, em 2002, situar-se numa faixa próxima de 1,6 milhão de toneladas (Figura 4).

O abastecimento catarinense, portanto, voltará, neste ano, a ter uma grande dependência da produção de outros Estados. Este fato, diante de uma oferta nacional que também se desenha bastante ajustada e dependente da produção da safrinha, gera preocupações, seja em relação ao próprio atendimento do consumo, seja em relação ao aumento dos custos de produção dos suínos e aves.

Para os produtores de milho, todavia, ressalvados aqueles que perderam parcela significativa da produção, as perspectivas são boas, pois a tendência é de o mercado permanecer firme.

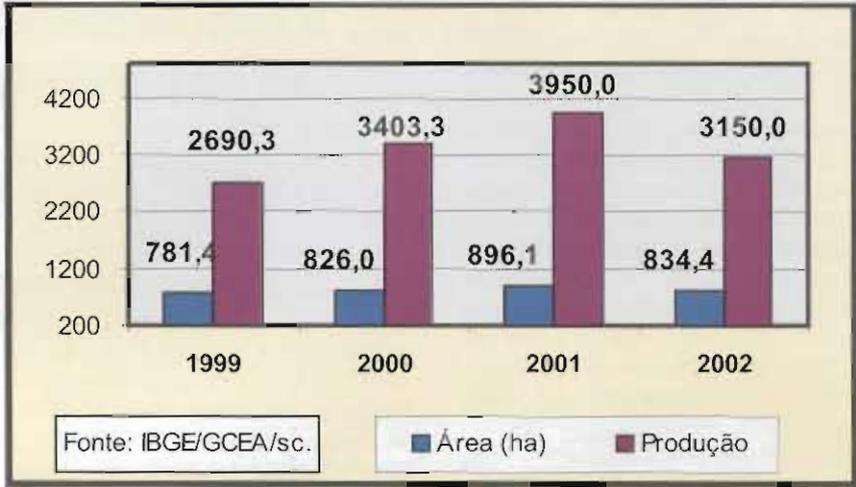


Figura 3 – Evolução da área plantada e da produção de milho em Santa Catarina

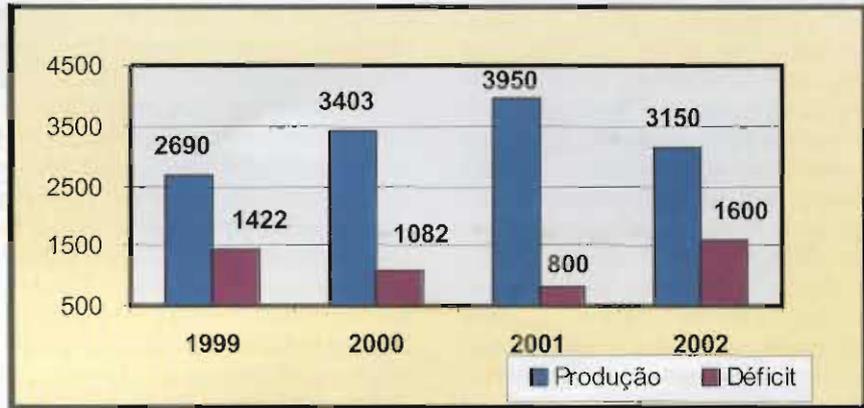


Figura 4 – Evolução da produção e do déficit de milho em Santa Catarina

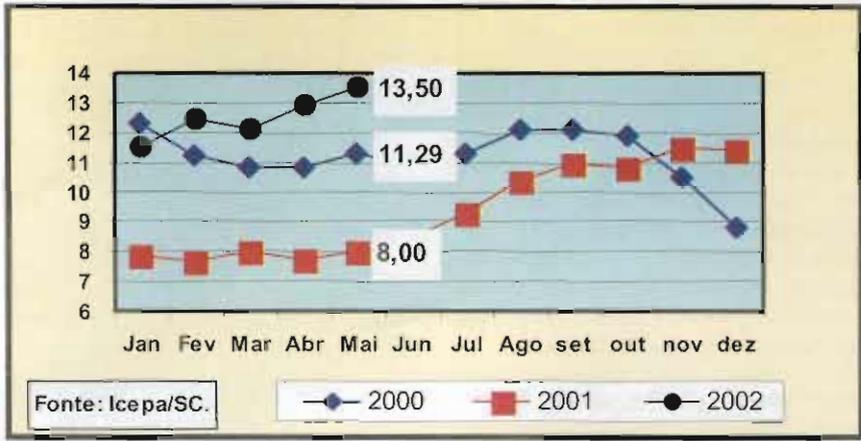


Figura 5 – Evolução dos preços do milho pagos ao produtor em Chapecó

Está se confirmando, portanto, a perspectiva aventada à época do plantio, de que em 2002 a comercialização do cereal não só deveria ser bem mais favorável do que em 2001, como também seria mais vantajosa que a da soja. No momento em que elaborávamos este artigo (início de maio), os preços ofertados aos produtores de Chapecó oscilavam na faixa dos R\$ 13,50/sc, ou seja, já eram 66% maiores que os de maio de 2001 e 17,8% superiores aos do mesmo mês de 2000 (Figura 5).

No atacado daquela mesma praça, os preços já haviam atingido no início de maio R\$ 15,70/sc, valor apenas 8% inferior ao do custo de importação. Esta aproximação, a queda do potencial das exportações, a perspectivas de que o consumo por parte da avicultura e da suinocultura possa vir a ser inferior ao inicialmente projetado e a possibilidade de aumento do uso de produtos substitutos do milho são fatores que poderão "frear" uma alta mais vigorosa dos preços internos.

Por isso, para que não se repita a frustração de comercialização registrada em 2000, há que se prestar muita atenção aos desdobramentos do mercado nos próximos meses. Vale lembrar que naquele ano (2000), em razão de projeções que apontavam para um quadro de suprimento muito apertado, ocorreu uma grande retenção de ofertas, com forte impacto inicial sobre os preços. A tendência altista, todavia, foi se revertendo em plena entressafra à medida que os consumidores, especialmente os grandes, foram encontrando fontes alternativas de suprimento, fato que forçou a "desova" dos estoques em um curto período de tempo e provocou forte pressão sobre os preços nos últimos meses do ano.

Simão Brugnago Neto, eng. agr., Instituto Cepa/SC, C.P. 1.587, 88034-000 Florianópolis, SC, fone: (048) 239-3922, fax: (048) 334-2311, e-mail: brugnago@icepa.com.br.

A responsabilidade social do Pronaf na agricultura familiar catarinense

Djalma Rogério Guimarães, Carlos Nery R. Cavalheiro e Carlos Luiz Gandin

O marco histórico da agricultura familiar catarinense foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar – Pronaf – como resposta do governo às reivindicações dos agricultores familiares organizados e às demandas dos movimentos sociais. Antes, o apoio à agricultura familiar estava ligado mais ao crédito e ao assistencialismo, principalmente no que diz respeito aos tradicionais subsídios. Hoje, isso mudou. Com o Pronaf, as ações são desenvolvidas de forma integrada, principalmente na formação e capacitação dos agricultores, promoção da cidadania, geração de trabalho e renda, organização comunitária, acesso ao crédito, gestão social, assistência técnica e extensão rural. Como se vê, o objetivo ainda é o mesmo, mas o Pronaf torna mais dinâmicos o desenvolvimento e o amadurecimento social da agricultura familiar.

Como um programa articulado e planejado entre o governo (federal, estadual e municipal) e a sociedade (iniciativa privada), os beneficiários são sujeito e não objeto das ações. Os agricultores e os pescadores, juntamente com as suas famílias, são autores das suas próprias propostas de trabalho, e como participam ativamente do processo, diretamente ou indiretamente, através de seus representantes no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR –, com orientação, capacitação, acompanhamento e monitoramento, ganham auto-estima e saem da condição de passividade para acreditar nas mudanças e melhorias no meio em que vivem e lutar por elas.

Afinal, o desenvolvimento rural nunca poderá ser importado e muito menos copiado, pois depende da força local, principalmente da agricultura familiar. Neste contexto, o Pronaf busca, além do aumento da produção agropecuária, a melhoria das condições de vida do agricultor e do pescador, traduzidas pelo acesso a saúde, educação, lazer e cultura, transporte, habitação, respeito ao meio ambiente, aumento da oferta de emprego, geração de renda, exercício da cidadania e participação efetiva nos processos decisórios.

Participação nos processos decisórios

A participação dos agricultores na tomada de decisões é uma excelência em Santa Catarina. Nos municípios contemplados com o Pronaf/Infra-Estrutura, os CMDR já estão formados e consolidados com a participação média em cada conselho municipal de 22,7 membros. Nestes conselhos, mais de 67% são agricultores familiares ou seus representantes (líderes de comunidades rurais, entidades representativas, sindicatos, cooperativas, associações de agricultores, etc.), enquanto os representantes das prefeituras (prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários municipais, etc.) atingem menos de 15%; os do Estado (Epagri, Cidasc, bancos e outras instituições estaduais e federais), apenas 7% e os outros (CDL, comércio, igrejas, fumageiras, etc.), 11%. Esta excelência agora serve de modelo para outros Estados do país.

O Pronaf está comprometido com a responsabilidade social e goza de respeito e credibilidade junto à